

Legislação partidária será primeiro alvo

**BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO**

O Congresso Nacional, numa espécie de coro, preconiza várias reformas, especialmente no campo institucional. A mudança na legislação eleitoral e a devolução das prerrogativas parlamentares merecem o apoio das principais lideranças e correntes políticas, e o presidente eleito, Tancredo Neves, parece estimular a onda reformista, pois esta semana defendeu uma idéia até aqui original — a de transformar ex-presidentes em senadores vitalícios.

O presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, anunciou a intenção de compor uma comissão para propor uma nova lei eleitoral, e quer que seja feita uma revisão no alistamento eleitoral, com o auxílio da informática, para que surja um quadro exato do eleitorado, o que facilitaria a prevenção de fraudes e ajudaria a limpar o terreno para a Constituinte de 86. Além desses aspectos, Ulysses

não abre mão da devolução das prerrogativas parlamentares, com o intuito de fortalecer o Congresso.

O presidente do Senado, José Fragelli, mostrou o desejo de uma reforma bem mais ampla, como se estivesse de alguma forma disposto a antecipar o grande trabalho da futura Constituinte. E desde logo pretende ver cumpridos alguns dispositivos constitucionais vigentes, a exemplo do que determina a obrigatoriedade de o Legislativo aprovar empréstimos externos.

O presidente do PDS, Amaral Peixoto, formou duas comissões para examinar as reformas eleitoral e partidária, enquanto a expectativa do ex-líder Nelson Marchezan é a de apressar uma decisão do Congresso sobre o mandato presidencial de quatro anos, conseqüentemente, a volta de eleições diretas para 88. Para isso, bastaria o Congresso aprovar a emenda Carone, que está na comissão mista aguardando parecer do relator, deputado Djalma Bessa (PDS). Mas o PMDB prefere que a redução

do mandato e a eleição presidencial sejam debatidos somente na Constituinte, em 87.

Poderá ser objeto de modificação rápida a eleição direta para as prefeituras das capitais, que conta com o declarado apoio de Tancredo Neves. E não há necessidade de ser formalizada uma proposta de emenda constitucional, pois tramita no Congresso a Emenda Benevides, que estabelece esse pleito. A probabilidade maior é a da realização ainda este ano das eleições.

Na legislação eleitoral, o Congresso poderá derrubar o voto distrital misto, a vinculação de votos, a sublegenda, a proibição de coligações partidárias e a Lei Falcão. E a reforma partidária deverá reduzir as dificuldades para a criação de novas legendas. Para fins de acomodação política imediata, poderá ser suspensa a proibição de trocas de partidos e a fidelidade partidária, caso não desapareça, acabará muito abrandada.

A fúria reformista dos que se habituaram, ao longo dos anos revolu-

cionários, a simplesmente dizer sim às decisões de governo ou a apenas reclamar contra o arbítrio não pára aí. Muitos políticos querem alterar três conhecidas leis — a de Imprensa, a da Segurança Nacional e a de Greve, mas no caso a dúvida é se haverá tempo para isso, podendo, talvez, ficar para o próximo Congresso.

Ninguém questiona a necessidade de urgentes reformas políticas, mas já se começa a notar no PMDB uma certa preocupação em não avançar muito nos próximos dois anos, a fim de não esvaziar o trabalho da Assembléia Constituinte. Com a maior bancada na Câmara e a segunda bancada no Senado, o partido de Ulysses Guimarães e Tancredo Neves é que vai ditar a oportunidade das reformas políticas exigidas pelo País. A expectativa é a de que o PMDB não seja, no poder, tão intransigente como foi o PDS na defesa das teses e pontos de vista oriundos do Palácio do Planalto.

Leda Flora